

**RCD no HABEAS CORPUS Nº 569.946 - SP (2020/0077818-4)**

**RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER**  
**REQUERENTE : ELVIS OLIVEIRA DE SANTANA GALLO (PRESO)**  
**ADVOGADO : MARCIO BARBOSA LOURENÇO - SP404816**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de pedido de reconsideração interposto por ELVIS OLIVEIRA DE SANTANA GALLO, contra decisão que indeferiu liminarmente o **writ**, em virtude da deficiência de instrução dos autos.

Depreende-se dos autos que o ora paciente teve sua prisão em flagrante convertida em preventiva pela prática, em tese, dos delitos previstos no art. 157, § 2º, incisos II e V, por quatro vezes, e no art 155, § 1º e § 4º, incisos I e IV, c/c art. 14, inciso II, todos do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava a revogação da prisão preventiva do paciente. A ordem, por seu turno, foi denegada (fls. 12-15).

Daí o presente **mandamus**, no qual o impetrante alega, em síntese, a existência de constrangimento ilegal em razão da ausência de fundamentação da r. decisão que decretou a segregação cautelar.

Pondera, ainda, que, tendo em vista a pandemia do COVID-19, bem como a Recomendação n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça, a prisão do paciente deve ser substituída por prisão domiciliar, uma vez que há elevado risco de contaminação em local com aglomeração de pessoas.]

Neste pedido requer a juntada de cópia da r. decisão que decretou a prisão preventiva do ora paciente.

Requer, ao final, a revogação da prisão preventiva do paciente, sem prejuízo da imposição de medidas cautelares diversas ou a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar.

É o breve relatório.

**Decido.**

Juntados aos autos os documentos necessários para a compreensão da controvérsia, **procedo à análise do pedido liminar.**

Na hipótese, **ao menos neste juízo de prelibação**, tenho que o r. **decisum** que decretou a prisão preventiva do paciente está suficientemente fundamentado na necessidade de garantia da ordem pública, notadamente a forma pela qual o delito foi em tese cometido.

Nesse sentido, cito o seguinte precedente desta eg. Corte:

*"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. MODUS OPERANDI. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. INAPLICABILIDADE DE MEDIDA CAUTELAR ALTERNATIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO.*

*1. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Devendo, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos do previsto no art. 319 do CPP.*

*No caso dos autos, todavia, verifica-se que a prisão preventiva foi adequadamente motivada, tendo sido demonstrada pelas instâncias ordinárias, com base em elementos concretos, a periculosidade da agente ante o modus operandi - furtar 80.000 kg (oitenta mil quilos) de soja em 2 carretas, em concurso com dois agentes -, o que demonstra a necessidade de garantia da ordem pública.*

*3. A presença de condições pessoais favoráveis do agente, como primariedade, domicílio certo e emprego lícito, não representa óbice, por si só, à decretação da prisão preventiva, quando identificados os requisitos legais da cautela.*

*4. São inaplicáveis quaisquer medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do CPP, uma vez que as circunstâncias do delito evidenciam a insuficiência das providências menos gravosas.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Recurso desprovido.*" (RHC 62.032/MS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Pacionik**, DJe 24/02/2017, grifei).

No que concerne à alegação de que deve ser revogada a prisão preventiva do ora paciente, em razão do risco de contágio pelo novo coronavírus em local com aglomeração de pessoas, verifica-se, **ao menos neste juízo de prelibação**, que a insurgência sequer foi analisada pelas instâncias precedentes, ficando esta Corte Superior impedida de analisar o tema sob pena de incorrer em **indevida supressão de instância**.

Dessarte, a análise dos autos, nos limites da cognição **in limine**, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não restando configurada, **de plano**, a flagrante ilegalidade, a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas, ao d. Juízo de primeiro grau.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro Felix Fischer

Relator